



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Política de Educação

A Educação Dependente

JONATHAN CARNEIRO CARVALHO ¹
WESLEYA SILVA DIAS ¹

Resumo

O artigo trata da relação entre a Política Pública de Educação, no modelo de capitalismo dependente, atravessada pela lógica do mercado e da produtividade. Adequada aos propósitos da Teoria do Capital Humano, a Educação assume a norma neoliberal de um sujeito que se autorregula, é flexível e tem iniciativas empreendedoras. Fundada no neoliberalismo, esse modelo de educação sustenta que a adoção de investimento em instrução é o caminho para realizar objetivos como autorrealização profissional, bem-estar material e satisfação pessoal. Como teoria auxiliar ao capitalismo, forma mão de obra útil com os valores capitalistas, mantendo a estrutura existente as mazelas sociais.

Palavras-chave: Política de Educação; Capitalismo Dependente; Capital Humano.

Abstract

The article deals with the relationship between Public Policy on Education, in the dependent capitalism model, crossed by the logic of the market and productivity.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Tocantins

Adequate to the purposes of the Theory of Human Capital, Education assumes the neoliberal norm of a subject that is self-regulating, flexible, and has entrepreneurial initiatives. Grounded in neoliberalism, this model of education holds that the adoption of investment in education is the path to realizing goals such as professional self-realization, material well-being, and personal satisfaction. As an auxiliary theory to capitalism, it trains useful labor with capitalist values, maintaining the existing structure and social ills.

Keywords: Education Policy. Dependent Capitalism. Human Capital.

1. 1 INTRODUÇÃO

A educação, desde seus primórdios, tem como objetivo a transferência de conhecimentos de uma pessoa à outra. Esta relação tem se repetido, influenciada pela necessidade de sobrevivência e de continuidade dos processos que levam à condição de subsistência da humanidade, seja individualmente ou em meio coletivo, de cumprimento das exigências impostas a estes indivíduos no grupo social que participam. Essa transferência, troca de valores empíricos, é tida tradicionalmente a partir da experiência daqueles que mais conhecem a realidade em que os indivíduos estão inseridos: dos mais velhos aos mais novos, isto se considerarmos os princípios básicos do primeiro contato que temos com a educação durante a vida, na infância.

Com o decorrer do tempo, esta ideia de educação se modifica, adquirindo contrastes específicos de uma realidade inteiramente direcionada às necessidades impostas pelas relações sociais às quais nos deparamos diariamente. Dessa forma, é inevitável não nos reportarmos à ideia das relações de trabalho, das relações laborativas organizadoras da vida em sociedade que nos 'moldam' – a isso se soma a educação patriarcal, moral e empírica mencionada anteriormente que recebemos ainda com pouca idade – para de acordo com as necessidades de uma lógica que dita toda a formação social contemporânea:

a lógica do sistema capitalista.

A partir daí, a conjuntura social a que nos reportamos e, que atualmente 'compartilhamos' da nossa existência, nos impõe exigências para que se reproduzam as relações que ela mesma cria, de forma a prender-nos, mesmo tendo como princípio a liberdade, a um modo de vida ditado para e pela reprodução das relações capitalistas, mercadológicas, de troca de valores e de produção. Assim como as mercadorias que são comercializadas, também o são as pessoas que fornecem a sua força vital para a confecção dos bens de consumo, sendo consideradas as pessoas como 'ferramentas' para a lida nas linhas de produção.

O capitalismo, em seu cerne, carrega a 'crise' como um 'gap' ente a bem-sucedida execução de seus sistemas de produção de bens e lucros, o que se expressa quando a conjuntura socioeconômica alcança problemas no ciclo de produção e/ou acumulação, o que se torna mais visível quando do desequilíbrio entre a produção e o consumo, aumento de preços, excesso de desempregos, falências, etc. Situação essa que requer, na maior parte das vezes – ou quase sempre, se considerarmos a lógica neoliberal – a pronta intervenção Estatal na conjuntura de crise econômica, em seu papel de reestabelecimento da reprodução social do capital e do trabalho.

2. 2 DO CAPITALISMO DEPENDENTE E A POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

Seguindo esse veio de análise da realidade social voltamo-nos para a sociedade capitalista, o Estado moderno e sua divisão de classes e, em um cenário global, o papel e a posição de cada Estado no sistema produtivo capitalista. Na atual conjuntura, esta 'posição' no sistema de produção de riquezas contemporâneo, dispõe os Estados entre centrais e periféricos, cada qual assumindo – ou postos à obrigação de assumir – particularidades inerentes a sua região (América Latina, Sudeste Asiático, Continente Africano, etc.) como um todo, agregado às demais particularidades político-econômicas e de nível de desenvolvimento industrial que possui.

No centro desse complexo produtivo mundial, separado por setores – e até hierárquico entre os membros – o Estado, atravessado por suas singularidades classistas e demais características próprias do atual capitalismo, se insere na condição de dependente das suas próprias formações estruturais e sociais que o constituiu, além da influência do peculiar modelo de exploração que determinará suas relações de classe, setores do Estado e parcelas da totalidade político-social, a superexploração.

No capitalismo dependente, as relações entre os Estados tendem ao agrupamento em blocos econômicos, orientados por relações de poder e dominação entre seus membros, o que implica em restrições à própria soberania dos menos desenvolvidos, colocando-os em uma condição de subsoberania, concentrando suas relações a espaços específicos no sistema capitalista mundial (OSORIO, 2019). Este é um fator central quando se trata de Estados que enfrentam emergências econômicas e sociais, em termos, principalmente, de manutenção da reprodução da estrutura capitalista nas especificidades da sua regionalidade, o que os subordina à influência dos outros Estados com maior exercício de soberania – considerando aqui que se tratam de Estados em diferentes espectros de desenvolvimento industrial, bélico, tecnológico; de capitalismo central, com propósitos

imperialistas ou de subdesenvolvimento.

O desenvolvimento do Estado no capitalismo dependente sofre diversas consequências em termos de desenvolvimento social e regional, considerando sua parcela de reprodução de capital fundamentalmente baseada na superexploração da classe trabalhadora, o que dá origem a processos produtivos que direcionam a produção para os mercados estrangeiros, ou, em menores casos, para os escassos mercados internos, frutos de desiguais concentrações de riquezas, ao mesmo tempo em que, seguindo a linha mestra dos padrões de produção em consonância com a lógica neoliberal, desconsideram as necessidades da grande parcela da população trabalhadora.

Esse processo de superexploração do trabalho se configura na apropriação indevida de uma parte, para além daquilo que já é apropriado, daquilo que é do trabalhador para sua sobrevivência: sua força física, intensificando a precarização da condição do indivíduo. A esse processo de exploração física, de apropriação dos corpos como ferramentas de produção, se entrelaça outros processos de manipulação do imaginário social, de deformação ou de corrupção do significado das coisas, atribuindo à realidade – por meio de seus símbolos e códigos de significados sociais – outros valores de legitimação para além daquilo que ela realmente é.

O marcador aqui é: a ideologia dá suporte à criação do consenso que leva o trabalhador a ver a brutalidade da exploração de seu corpo de forma “atenuada”, mesmo sendo esta inalterada em sua quantidade (horas de trabalho) e frequência, além de não questionar a “normalidade” e a “naturalidade” com que a exploração do seu trabalho se dá. Isso se efetiva baseado na ideologia neoliberal da culpabilização do indivíduo pelo seu “insucesso”, aliada à anulação da sua consciência de classe, condicionando a pessoa permanentemente ao status de culpado pela sua realidade deplorável.

É necessário observar além disso que, nos três mecanismos considerados [– a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho –, a característica essencial está dada pelo fato de que se nega ao trabalhador as condições necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho: nos dois primeiros casos, porque ele é obrigado a um dispêndio de força de trabalho superior ao que deveria proporcionar normalmente, provocando-se assim seu esgotamento prematuro; no último, porque se retira dele inclusive a possibilidade de consumir o estritamente indispensável para conservar sua força de trabalho em estado normal. Em termos capitalistas, estes mecanismos (que além disso se podem dar e normalmente se dão, de forma combinada) significam que o trabalho se remunera por baixo de seu valor e correspondem, então, a uma superexploração do trabalho. (MARINI, 2000. p. 125-126).

Os reflexos da questão social decorrente da superexploração nos processos de produção do capitalismo dependente se espriam pela camada populacional de vende sua mão de obra, tendendo ao subemprego ou mesmo ao desemprego. Na situação de miséria existencial, ou mesmo de precariedade laboral, o aumento das taxas de desemprego e as péssimas condições de trabalho conseguem provocar ânimo nos trabalhadores ativos, para

suportarem o aumento da intensidade do seu trabalho e jornadas de trabalho cada vez mais exorbitantes. O que resta aos pobres-diabos que movimentam as engrenagens, no mais das vezes, é o medo da escassez, e um sentimento que valorização da oportunidade de integrarem um trabalho formal.

Essa conjuntura, plena de expressões da questão social que decorrem da reprodução do capital, comumente funciona atrelada ao forte exercício do poder político que de maneira brutal e corriqueira, exerce seus poderes coercitivos por meio de seus braços militares e policiais. Com a barbárie instaurada, reinam os conflitos sociais, a segregação classista se eleva impulsionada pela alta concentração de riquezas nas mãos de poucos, ao mesmo tempo em que a maioria padece na miséria, o que tende a exacerbar os cenários de confrontos e a luta de classes. Nessa circunstâncias, são dificultadas as relações sociais mais próximas, o sentido de comunidade, a integração social, a cidadania, onde o ponto de apoio que resta são os hábitos e tradições das populações originárias – onde ainda se manifestam e tem peso na sociabilidade local – somados às religiões, atuando em conjunto em prestar alento às comunidades.

3. 3 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO MODELO DEPENDENTE

Com a subordinação dos Estados ao capitalismo de dependência, as Políticas Públicas também são comprometidas, considerando a primazia das ações estatais voltadas para o manutenção da produção de capital que lhe compete, tendo como base seus espaços próprios no capitalismo mundial, além das problemáticas inerentes à sua regionalidade. A educação, enquanto um direito social, assim como os direitos sociais como um todo, são pilares que já não se sustentam (ou sequer existem) nessa lógica de superexploração, hiperfragmentação das classes sociais, e subsoberania Estatal.

Em se tratando de Políticas Públicas na particularidade do Brasil recente, é preciso manter à vista, além das configurações do Estado no modelo dependente, o neoliberalismo e seu processo de construção e efetivação, especialmente na década final do séc. XX, na economia brasileira. Dessa forma, torna-se possível a compreensão da atual configuração das Políticas Sociais, tendo em mente as bases de produção de mais valia, as condições da superexploração da força de trabalho e finalmente a concentração da riqueza produzida.

A leitura dessa realidade, a partir da interpretação de Bretas (2020), é necessário ter em mente um cenário em que as Políticas Sociais são postas a serviço do capital financeiro, de modo que as articulações que as configuram se inserem num debate orçamentário, relacionado à crítica da economia política, bem como ao estudo da política econômica, associando (ao contrário das tendências conservadoras) as questões técnicas às questões políticas, como forma de desvelar os interesses que impulsionam as determinadas medidas que reconfiguram as Políticas Sociais no Estado contemporâneo.

Partindo do caminho pelo qual se desenrolaram as Políticas Sociais na década de 1990, em

meio à crise inflacionária herdada da década anterior, o Estado se dedica, então, ao restabelecimento da lucratividade, lançando mão da reestruturação produtiva, aberturas financeiras somadas às privatizações e o fortalecimento da posição nacional, em relação ao capital mundial, na condição de dependente. Ademais, as narrativas governamentais de combate à então chamada “crise fiscal”, a inflação crescente e a desvalorização da moeda, serviram como base de sustentação para dificultar a efetivação das Políticas Sociais no modelo proposto pela Constituição de 1988.

Com isso, foi comprometida a garantia de direitos que haviam sido conquistados formalmente e que, dada a conjuntura pós-1988, acabaram tendo muita dificuldade para sair do papel. Mesmo neste cenário, dadas as lutas da classe trabalhadora e as conquistas da Carta Magna, importantes alterações foram implementadas ao longo dos anos 1990 e 2000, dentre as quais destacamos a estruturação da seguridade social, que, mesmo distante de sua formulação original, imprimiu mudanças substantivas considerando sua inexistência no período anterior. (BRETAS, 2020. p. 214)

Vê-se, assim, a participação determinante do Estado brasileiro, como alicerce do neoliberalismo nascente, sob os moldes do capitalismo dependente e apoiado pela produção configurada pela superexploração; projeto neoliberal de dominação da classe burguesa, demandante da riqueza produzida materialmente, além dos recursos do fundo público e da constante diminuição da participação Estatal nas políticas de redistribuição de recursos, em resposta à crise da década de 1980 e às Políticas Sociais legitimadas pelos direitos constitucionais, resultado da resistência, enfrentamento e organização da classe trabalhadora.

As lutas em busca da reversão das reformas estabelecidas neste período, não obscureceram de todo o projeto burguês em curso. Mesmo com as lutas e tensões entre as classes, surgiram estruturas cada vez mais aprimoradas de expropriação da classe trabalhadora, que somados à superexploração, alimentavam a acumulação capitalista e a retirada de direitos sociais. Dessa forma, nas palavras da autora, o neoliberalismo seria a estratégia definitiva que levou a vitória das classes dominantes, junto a inúmeras perdas para a classe trabalhadora.

Nessa direção, Mandel (1982) tem no Estado o parteiro do capitalismo, como a ferramenta de articulação e manutenção do sistema de produção e acumulação capitalista; tem o poder – por quê não dizer a obrigação? – de planejar e executar soluções para os momentos de crise do capital. Entender o Estado e seu papel na sociedade contemporânea requer um exercício de reflexão histórica que remeta às suas bases de formação na modernidade, seu gerenciamento para com os modos de produção de riqueza e mais-valia, e finalmente, seu papel na sociedade de classes e nas próprias relações entre os indivíduos.

Considerando que as pessoas tem necessidades físicas e sociais a suprir em prol da continuidade da reprodução de suas vidas e suas relações sociais, que são saciadas a partir dos recursos provindos do trabalho, no processo de produção de objetos úteis para respondê-los em suas necessidades. O processo de produção dos bens materiais para o suprimento das necessidades básicas de vida em sociedade dos sujeitos nela envolvidos,

voltam estes à construção da vida material, de maneira que no decorrer dos processos de trabalho a que se inserem os sujeitos sociais como trabalhadores, as pessoas criam relações entre si. Dessa maneira, no campo da produção e reprodução da vida social, não se tem observado somente a apreensão a partir do ponto de vista socioeconômico, mas abrangendo também as relações entre os indivíduos, seus grupos de convivência e as classes sociais às quais fazem parte.

Nessa perspectiva, as Políticas Públicas, como a Educação, são oferecidas pelo sistema de governo e fazem parte de um complexo sistema de alienação, criado para interagir no âmago da sociedade, diretamente nas relações sociais, de forma a invertê-las para de acordo com a lógica das relações de troca, orientadas para a atuação no, e pelo, mercado de trabalho. Analisando assim, a Política de Educação, a partir dos estudos de Mézsáros (2008), observamos que em meio a relações sociais que formam a educação brasileira, uma das suas principais funções é produzir a situação de conformidade, provocar um “consenso social” tanto quanto for capaz, agindo a partir de dentro da sociedade e por meio de suas próprias ferramentas institucionais, legalmente sancionadas.

Esse consenso está ligado às questões culturais envolvendo a criação da consciência daquilo que representa a educação na sociedade, acompanhando o sentido dado às Políticas Sociais no tempo histórico em análise. Essa visão de mundo traz a Educação como um campo social que carrega características de mercado especulativo e financeiro, tanto da construção do capital de imagem da empresa-pessoa, num movimento de investimento de si mesmo, quanto da construção de um ‘currículo-ornamento’, que adorna a mão de obra no ato da venda, e aumenta as chances de contratos de trabalho – os mais precários possível – na esteira do dito popular: “é melhor a exploração do que não ser explorado”.

4. 4 DA LÓGICA DO CAPITAL HUMANO

5.

Dentro dessa lógica moderno-financeira-financeirizada de educação existe a tomada de consciência, tida culturalmente, de resinificação da educação em si, não somente sobre seus propósitos técnico-profissionais, mas também sobre suas bases conceituais. Mais especificamente: a educação tem que carregar um propósito concreto, prático, material e de onde se observe resultados que sirvam ao sistema; resultados produtivos. Partindo daí, tem-se a educação, etimologicamente, atrelada conforme os objetivos almejados pela sociedade capitalista contemporânea, em seus processos de reprodução técnica, de resultados e valores.

Assim, educar significa, etimologicamente, revelar ou extrair de uma pessoa algo potencial e latente; significa aperfeiçoar uma pessoa moral e mentalmente, de maneira a torná-la suscetível de escolhas individuais e sociais, e capaz de agir em consonância; significa prepará-la para uma profissão, por meio de instrução sistemática; e, por fim, significa exercitar, disciplinar ou formar habilidades, como, por exemplo, aperfeiçoar o gosto de uma pessoa. A ação ou processo de atingir um ou mais desses objetivos é, em primeira aproximação, o que se pode entender por educação. (SCHULTZ, 1973. p. 18)

É no âmbito da produção e reprodução técnica, focada nos resultados, que os valores da educação se alteram, seguindo a lógica da instrução – como absorção de instrumentais teóricos para a reprodução de uma determinada lógica – aqui atrelada fortemente ao desenvolvimento econômico, aos índices de geração de renda, e mobilidade/dinâmica social. Nesse esteio, a Teoria do Capital Humano busca estabelecer-se como um dos elementos explicativos do desenvolvimento e equidade social, e como uma “teoria da educação”, que a analisa cientificamente, dividida esta entre parâmetros desconexos, como um campo de estudo voltado à educação como mecanismo de instrução sistemática.

Nesse sistema, a educação é tomada como uma ferramenta para o melhoramento da qualidade dos fatores, sejam humanos ou mecânicos, que representam o crescimento econômico e de produção. A instrução, como elemento principal da educação, é fator chave para a produtividade derivada do esforço humano; bem como a pesquisa universitária devotada à ciência e à tecnologia, como fontes de crescimento econômico. Em suma, o conceito de Capital Humano traz a educação como um fator de crescimento econômico (tendo em mente a educação limitada à instrução técnica), baseado na lógica de que um elevado nível de instrução de uma população, a partir de investimentos Estatais substanciais, resultaria na Educação como uma fonte de crescimento (SCHULTZ, 1973).

A partir do ponto de vista das quantidades globais da produção de riquezas (o autor chama de macroeconomia) e as relações entre as mesmas, excluindo-se da análise os comportamentos individuais, o sistema do capital humano se forma como um derivado – ao mesmo tempo que um complemento – da teoria do desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, para um Estado ultrapassar a condição de pré-capitalismo em seu sistema produtivo, é necessário que este conte com crescentes percentuais de acumulação, em um período não tão longo, e a partir do aumento da desigualdade. A longo prazo, e com um sistema econômico fortalecido, haveria, naturalmente, a redistribuição da riqueza produzida. Seguindo essa lógica, o nível de crescimento então atingido resultaria em mínimas taxas de desemprego, conseqüentemente haveria o aumento da produtividade e a transferência dos índices de baixa renda pré-capitalistas para o domínios modernos da produção, aumentando a distribuição salarial.

O conceito de capital humano, que constitui o construtor básico da economia da educação, vai encontrar campo próprio para seu desenvolvimento no bojo das discussões sobre os fatores explicativos do crescimento econômico. A preocupação básica ao nível macro-econômico é, então, a análise dos nexos entre os avanços educacionais e o desenvolvimento econômico de um país. (FRIGOTTO, 1993. p. 39)

A educação nesse sistema, é considerada como a matriz produtora e potenciadora da capacidade de trabalho, tornando-se simplesmente um investimento como outro qualquer e, ao mesmo tempo, é o principal fator do capital humano. Sua função é a de produtora de capacidades intelectuais, de transmissão de conhecimentos para o gerenciamento de ações técnicas que aumentem a capacidade de trabalho e de produção, variando de acordo com as especificidades da função do trabalhador na esteira de produção. A educação, assim configurada, torna-se o fator fundamental para as determinações das diferenças econômicas e de capacidades laborativas, além das diferenças de produtividade e de renda.

A Teoria do Capital Humano é enfraquecida pelas críticas ao seu método de análise, que propõe a mensuração da contribuição da educação para o crescimento econômico – em termos da macroeconomia – em que há debilidade nas ações e pesquisas que buscam prever os impactos concretos da educação sobre o crescimento. Impactos estes propostos pela mesma tese da educação como fonte de crescimento econômico. O ponto de partida é a visão positivista herdada – ou até deslocada – das ciências duras como a Física, para as Ciências Sociais, tomando os fenômenos da sociedade, e os econômicos, como manifestações típicas da esfera da natureza.

Uma das preocupações fundamentais do pensamento econômico burguês é veicular a ideia de que a economia é uma ciência neutra, isto é, que existe uma independência entre os valores e posições do pesquisador e o processo de investigação. A economia, neste sentido, expungida de valores, envolve apenas uma busca imparcial de verdades econômicas. Seu método de investigação será, pois, um método positivista, isto é, que busca apenas fazer afirmações positivas acerca de fatos verificáveis. (FRIGOTTO, 1993. p. 54)

Essa tomada de posição metodológica faz com que a Teoria do Capital Humano se desloque da esfera macroeconômica para a microeconômica, o que implica dizer, com isso, que no âmbito microeconômico, o trabalhador é considerado, do ponto de vista da produção, como um amálgama de trabalho braçal e instrução (ou educação). E mais que isso: o indivíduo é o criador de suas próprias capacidades de produção, onde se tem o “investimento humano” como o dispêndio de gastos que ele mesmo deve executar – ou que o Estado faz por ele – em treinamento (capacitação, educação) para o aumento da sua própria produtividade. Em outras palavras, um “investimento” qualquer em educação, resulta em um acréscimo equivalente de produtividade. Segue-se o mesmo para a renda, onde esta é tida como resultante da produtividade: onde se tem uma parca produtividade, se tem uma parca renda correspondente.

6. 5 CONCLUSÃO

Nesse raciocínio, tem-se a educação como um instrumento competente, que proporciona bons resultados na distribuição de renda e de regulação social. No entanto, esse deslocamento de veio de análise, do macro para o micro, não altera os rumos da Teoria do Capital Humano, pois não são levadas em consideração, na lógica “investimento em educação = elevação de produtividade = aumento da rentabilidade”, questões atinentes aos monopólios, a divisão social do trabalho, modelo de Estado dependente, e toda a sorte de apropriação privativa dos lucros.

[...] A visão do capital humano vai reforçar toda a perspectiva de redimir o sistema educacional de sua ‘ineficiência’ e, por sua vez, a perspectiva tecnicista oferece a metodologia ou a tecnologia adequada para constituir o processo educacional como um investimento – a educação geradora de um novo tipo de capital – o ‘capital humano’. A educação, para essa visão, se reduz a um fator de produção. (FRIGOTTO, 1993. p. 121)

É importante salientar que a lógica da construção das próprias habilidades, algo como uma “empresa de si mesmo”, insere-se na visão de mundo e na realidade social e cultural das pessoas, condicionando os significados da realidade a partir da ótica burguesa, criando, ou dando formas mais amenas, à competição inerente do capitalismo contemporâneo. O cerne da questão é a responsabilização da pessoa, em que a desigualdade social, de renda ou de propriedade, é de inteira responsabilidade do indivíduo; o que separa a sociedade não em classes, mas como que, em estratos, donde aqueles que se esforçam mais, fazem mais sacrifícios das horas livres e poupam dinheiro para investir, alcançam mais “prosperidade”. Falando de outra maneira, a estratificação decorre de uma analogia do mecanismo de “concorrência perfeita”, onde os indivíduos galgam posições na hierarquia social de estratificação segundo o critério de mérito, definido unicamente a partir dos talentos e motivações pessoais, o que não admite regulação social a partir dos direitos sociais ou a influência das questões econômicas sobre a análise das esferas da vida social, pois o modelo meritocrático supõe que a equidade social (e de poder entre as categorias) é fruto das aspirações pessoais e da totalidade das decisões particulares da pessoa.

Um dos principais pontos que o neoliberalismo pretende dissolver é a ideia dos direitos sociais, e da necessidade de instituições públicas destinadas a materializá-los. A visão meritocrática da sociedade capitalista moderna, centrada no economicismo, baseia-se na necessidade de destruir a lógica dos direitos sociais que garantem a cidadania, além de impor a lógica mercantil, fundada na ideia de que os indivíduos realizam-se por eles próprios, enquanto proprietários, e como consumidores racionais. No fim das contas, é preciso esforçar-se, trabalhar e competir para ser um consumidor racional, responsável e empreendedor (GENTILI, 1995).

Esta macrovisão é a que orienta a maior parte dos discursos e também as configurações em matéria de políticas educacionais, especialmente aquelas formuladas em países de capitalismo dependente. Dessa forma, com a esfacelamento social subjugado à lógica do capital em todas as áreas da vida humana, não se pode vislumbrar outra consequência senão a de intensificação das desigualdades sociais, somada a marginalização e exclusão social, o aumento dos privilégios dos pequenos grupos que detêm a maior parte das riquezas e a legitimidade do poder instituído.

Para o enfrentamento da barbárie que se sobrepõe a cidadania e a democracia, precisamos de novas práticas políticas, novos discursos e novas formas de enfrentamento à brutalidade da realidade vivida pela grande massa de operários. Nesse enfrentamento, é necessário à classe trabalhadora – autonomamente organizada – amplifique as reivindicações por uma Educação pública, gratuita, laica, autônoma para com os propósitos do mercado, de maneira a se tornar um instrumento de luta por uma sociedade mais distributiva, equitativa e democrática. E principalmente, porque essa mesma realidade também tem mudado nossos conceitos, nossas práticas políticas, que são hoje pouco convincentes para a grande população que sofre as consequências da superexploração, do fim das esperanças e da desintegração de suas próprias vidas.

7. REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Capitalismo, liberalismo e origens da política social. In: _____. **Política Social: fundamentos e história**. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 47-81. (Coleção Biblioteca Básica)

BRETAS, Tatiana. A financeirização e as políticas sociais no Brasil neoliberal. _____. In: **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020. 292 p.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 1993. 234 p.

GENTTILI, Pablo. O que há de novo nas novas formas de exclusão na educação? Neoliberalismo, trabalho e educação. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, 1995. disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/231946/000095519.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em Jun 2022.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In _____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982. p. 333-350.

MARINI, Rui Mauro. Dialética da dependência. In___: **Dialética da Dependência**: Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis: Editora Vozes, 2000. p. 105-165.

MÉSZÁROS, Iztván. **A Educação para além do capital**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126 p. (Mundo do Trabalho).

OSORIO, Jaime. O Estado no capitalismo dependente. In___: **O estado no centro da mundialização**: A sociedade civil e o tema do poder. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 205-225.

SCHULTZ, Theodore William. **O valor econômico da educação**. Tradução P. S. Werneck. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973. p. 101. Tradução de: The Economic Value Of Education.